MARCO ANTONIO DE FREITAS

CONCAUSAS NAS DOENÇAS DO TRABALHO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Guilherme Guimarães Feliciano

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

MARCO ANTONIO DE FREITAS

CONCAUSAS NAS DOENÇAS DO TRABALHO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Guilherme Guimarães Feliciano.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Freitas, Marco Antonio de
CONCAUSAS NAS DOENÇAS DO TRABALHO ; Marco Antonio
de Freitas ; orientador Guilherme Guimarães
Feliciano -- São Paulo, 2020.
217 p.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade
de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Concausas. 2. Doenças do trabalho. 3.
Identificação das causas-componentes. 4. Valoração das
concausas. 5. Atribuição de responsabilidade. I.
Feliciano, Guilherme Guimarães, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, SP, _____ de _____ de _____.

À Fernanda e à Carolina, minhas amadas.

AGRADECIMENTOS

À Fernanda, pelo apoio incondicional na transformação das minhas loucuras em realizações, pelo amor longânime, pela dedicação à família e pelo exemplo de profissional que também me inspirou no desenvolvimento da pesquisa. À Carolina, que suporta minhas ausências semanais e me enche de amor quando sempre pergunta o dia que eu retornarei de viagem. Obrigado a vocês duas, por me fazerem ter certeza de que construímos uma família cheia de laços e amor em que nos apoiamos mutuamente.

Às minhas mães, Zenaide e Marina, e aos meus pais, Jorge e Reinaldo; aos meus sogros, Nelson e Leia: todos vocês são o porto, que me fazem sentir sempre seguro.

Aos meus irmãos e aos meus cunhados, por formarem uma grande família com nossos sobrinhos. À Ana, por ter sido meu pensamento na língua inglesa.

Ao meu orientador, Guilherme Guimarães Feliciano, fonte de inspiração constante no magistério, na magistratura, na academia e no movimento associativo. Sua capacidade intelectual e seu dinamismo no trabalho são referências elevadíssima para mim.

Aos professores da pós-graduação da faculdade de direito, da faculdade de saúde pública e da faculdade de medicina da USP, pela dedicação no compartilhamento das ideias.

Às minhas amigas “preferidas” da faculdade: Gabi, minha companheira diuturna de disciplinas, cafés, almoços e lanches; Olívia, que sempre foi meu maior ponto de apoio em São Paulo e nunca mediu esforços para ter uma palavra amiga e de encorajamento; e Agnes, que sempre deixou as aulas mais leves com seu humor irreverente. E a todos os demais amigos que fiz no mestrado, a quem agradeço por meio da Mariana, que desde antes do início do curso já se mostrava generosa em repartir conhecimento e informação.

Aos amigos de fora da faculdade: Eduardo, Paulo Victor, Telma, Edgar, Kelly, Christian, Fábila, Leonardo, pela ajuda prestada e por fazerem parte da minha vida de forma especial.

Ao Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da USP, por meio da Cristiana e da Mariene, que sempre nos acolheu com muita gentileza e carinho.

À Faculdade de Direito da USP, por cumprir em mim o seu ideal de formação humanista, e por não desistir de formar profissionais que se importam com as pessoas, seus problemas e seus ideais.

FREITAS, Marco Antonio de. *Concausas nas doenças do trabalho*. 2020. 217 f. Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO: Cerca de metade dos acidentes do trabalho no mundo decorrem de doenças do trabalho e de doenças profissionais e muitas delas têm origem multifatorial. No âmbito do Direito do Trabalho, quando se identifica que as enfermidades do trabalhador surgiram ou se agravaram tanto em razão de causas laborais quanto de causas extralaborais, diz-se estar diante de concausas nas doenças do trabalho. Nessas situações, é importante a identificação de todas as causas-componentes da moléstia diagnosticada e a valoração daquelas que estejam ligadas à prestação de serviços, a fim de que em eventual ação de reparação de danos se possa atribuir ao tomador de serviços do trabalhador doente apenas a exata medida de sua responsabilidade. Por meio desta pesquisa se buscou explorar as características dessas concausas, desde a sua classificação até os seus reflexos nas ações reparatórias. Para tanto, partiu-se de abordagem indutiva e foram utilizados os métodos histórico e comparativo, bem como as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Com esse trabalho se pretendeu contribuir com a explicitação do processo de raciocínio que vai desde a identificação das concausas das doenças do trabalho até o reconhecimento de que o trabalhador somente tem direito de se ver ressarcido pelo dano que o labor efetivamente causou.

PALAVRAS-CHAVE: Concausas. Doenças do trabalho. Responsabilização do tomador de serviços. Causas-componentes. Fatores de risco.

FREITAS, Marco Antonio de. *Joint causations in work-related diseases*. 2020. 217 pages. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT: About half of the world's work-related accidents are due to work-related disease and occupational diseases, and many are due to multi-causality. In the context of Labor Law, when it is identified that the illnesses of workers arose or worsened due to both labor and extralabor causes, it is said to be facing joint causations in work-related diseases. In these situations, it is important to identify all the component causes of the diagnosed disease and the valuation of those linked to the work, so that in the event of any damage repairing action, assign to the employer only the exact extent of their liability. Through this research we sought to explore the characteristics of these joint causations, from their classification to their reflections on damage repairing action. For that, the inductive approach and the historical and comparative methods were used, as well as the bibliographic and documentary research techniques. The aim of this study is contribute to the explanation of the reasoning process that goes from identifying the joint causations of work-related disease to the recognition that the worker only has the right to be compensated for the damage that the labor actually caused.

KEY-WORDS: Joint causation. Work-related disease. Employer accountability. Component causes. Risk factor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C	Antes de Cristo
ACO	Ações Originárias
AEAT	Anuário estatístico de acidentes do trabalho
AgR	Agravo Regimental
AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
CAT	Comunicação de Acidente do Trabalho
CCB	Código civil brasileiro
CCI	Codice Civile Italiano
CID-10	Classificação Internacional de Doenças – versão 10
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CPC	Código de Processo Civil
DJE	Diário da Justiça Eletrônico
DNA	Ácido Desoxirribonucléico
DORT	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
EDcl	Embargos Declaratórios
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América

FUNSAD	Fundación Salud Ambiente y Desarrollo
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NR	Norma Regulamentadora
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPS	Organización Panamericana de la Salud
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
RR	Recurso de Revista
SESMT	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TM	Transtornos Mentais

TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração original de 1976, que representa o esquema de causas de Rothman para uma doença hipotética	141
Figura 2: Tabela proposta por Sebastião Geraldo de Oliveira para orientar o enquadramento das causas-componentes do adoecimento do trabalhador em graus	184

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 NOÇÕES DE RESPONSABILIDADE EM UMA SOCIEDADE DE RISCO	5
1.1 A imputação como origem do termo responsabilidade no conceito contemporâneo	9
1.2 O termo responsabilidade na contemporaneidade	13
1.3 Responsabilidade moral e responsabilidade jurídica	14
1.3.1 Responsabilidade moral como origem do dever de prevenção	19
1.4 Responsabilidade jurídica civil	23
1.4.1 Responsabilidade jurídica civil com dano e sem dano	24
2 O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E O SEU DIREITO DE INDENIDADE	28
2.1 Relação entre trabalho e saúde	29
2.2 Produção de trabalho e produção de doença	35
2.2.1 Produzindo Trabalho	35
2.2.1.1 Estruturação dos modelos de organização do trabalho e a acumulação flexível	42
2.2.2 Produzindo doença	47
2.2.2.1 A influência dos métodos de produção no adoecimento dos trabalhadores	49
2.2.2.2 Produzindo doença do trabalho	62
2.3 O direito de indenidade do trabalhador	66
3 CAUSALIDADE	71
3.1 A Causalidade na filosofia	72
3.1.1 Previsibilidade e probabilidade na relação de causa e efeito	80
3.2 Causalidade na medicina	82
3.2.1 Causa, fatores de risco, associação e determinantes	86
3.2.2 Interação de causas múltiplas	88

3.2.3 A investigação social como parte da identificação das causas do adoecimento	89
3.3 Causalidade no direito	90
3.3.1 Teorias da causalidade	93
3.3.1.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais	95
3.3.1.2 Teoria da causalidade adequada	97
3.3.1.3 Teoria da causalidade direta ou imediata	100
3.3.1.4 Aplicação prática das teorias da causalidade pelos Tribunais Superiores brasileiros	103
3.3.2 Causalidade física e normativa	106
3.3.2.1 Causalidade normativa por omissão	109
3.3.3 Causalidade e condição	111
3.3.4 Sentido simplificador do conceito de causalidade no Direito	114
3.3.5 Concepção atual do conceito de causalidade no mundo jurídico	118
3.3.6 A importância da causalidade nas ações de reparação de danos civis	120
4 CONCAUSALIDADE	125
4.1 Concausa no direito	128
4.1.1 Conceituação de concausa no Direito do Trabalho	129
4.1.2 Previsão legal de concausa no direito pátrio	133
4.1.3 A influência do pensamento de Mill e de Russel na formação do conceito de concausa no Direito	134
4.2 Concausa na medicina	138
4.2.1 A multicausalidade de Rothman e sua contribuição para se entender os fatores de risco na concausa	140
4.2.2 Fatores laborais e fatores extralaborais no contexto da multicausalidade de Rothman	144
4.2.2.1 Fatores de risco laborais	145
4.2.2.2 Fatores de risco extralaborais	147

4.3 Classificação das concausas segundo o direito	148
4.3.1 Divisão das concausas quanto à suficiência na produção dos resultados	149
4.3.1.1 Concausas colaterais	149
4.3.1.2 Concausas concorrentes	150
4.3.1.3 Concausas cumulativas	151
4.3.1.4 Concausas alternativas	152
4.3.2 Divisão das concausas quanto ao tempo de sua ocorrência	154
4.3.2.1 Concausas preexistentes	154
4.3.2.1.1 Fatores predisponentes	155
4.3.2.2 Concausas simultâneas (ou concomitantes)	158
4.3.2.3 Concausas supervenientes (ou posteriores)	159
4.4 Obrigação de reparação integral dos danos causados pelas concausas das doenças do trabalho	160
4.4.1 Aplicação das teorias da causalidade na identificação dos fatores de risco laborais componentes das doenças do trabalho	166
4.4.1.1 A identificação dos fatores laborais não se confunde com a sua valoração para fins de atribuição de responsabilização	173
4.4.1.2 A importância do perito na identificação das concausas	174
4.4.2 Valoração das concausas que contribuíram com a doença do trabalho para fins de reparação integral dos danos sofridos	181
4.4.3 Atribuição da responsabilidade consoante a classificação das concausas das doenças do trabalho quanto à suficiência na produção dos resultados	187
4.4.3.1 Atribuição da responsabilidade nas concausas concorrentes e nas concausas cumulativas	189
CONCLUSÃO	195
BIBLIOGRAFIA	203

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, acontecem cerca de 313 milhões de acidentes do trabalho a cada ano. Cerca de metade deles decorre de doenças do trabalho ou doenças profissionais¹.

Estudos na área médica demonstram que as doenças do trabalho, via de regra, surgem em um ambiente de multiplicidade de causas, ao contrário do que previam as primeiras normas jurídicas sobre a matéria, que somente reconheciam como infortúnios laborais aquelas morbidades que tinham o trabalho como causa única².

A ação conjunta dos fatores de risco laborais e extralaborais que redundam no agravo à saúde do indivíduo, no âmbito do Direito do Trabalho, é chamada de concausa. Para Oliveira, quando se trata de doenças relacionadas ao trabalho, “estaremos diante da concausa quando, além da presença de fatores causais extralaborais, haja pelo menos uma causa relacionada à execução do contrato de trabalho e que tenha contribuído diretamente para o acidente ou adoecimento”³.

O estudo da *concausalidade* é tormentoso na área jurídica e mais ainda na área médica.

Os profissionais da saúde destacam que as doenças comuns possuem quadro clínico similar às doenças relacionadas ao trabalho, o que pode fazer com que as causas laborais passem despercebidas no momento da anamnese⁴. Além

¹ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 34.

² A primeira lei acidentária (Decreto Legislativo nº 3.724/99) exigia que o trabalho fosse causa única da doença do trabalhador, pois somente assim seria considerada uma doença ocupacional e, por isso, acidente do trabalho. Todavia, desde o Decreto-Lei nº 7.036/44 desapareceu essa exigência, uma vez que em seu art. 3º se previu expressamente que “considera-se caracterizado o acidente, ainda quando não seja ele a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou redução da capacidade do empregado, bastando que entre o evento e a morte ou incapacidade haja uma relação de causa e efeito”.

³ OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. “Gradação das concausas nas ações indenizatórias decorrentes das doenças ocupacionais”. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, São Paulo, n. 14, p. 34-53, 2013.

⁴ “Como a maioria das doenças relacionadas ao trabalho apresenta quadro clínico similar ao das doenças comuns, estabelecer o nexo com o trabalho muitas vezes não é tarefa fácil, em especial para o clínico que não está familiarizado com a anamnese ocupacional, com os fatores de risco presentes no ambiente de trabalho, e com as atividades desenvolvidas pelo paciente trabalhador.” (SILVEIRA, Andréa Maria; LUCCA, Sérgio Roberto de. Estabelecimento de nexo causal entre

disso, via de regra, o diagnóstico inicial de uma doença é feito pelo médico assistente do paciente, de outras especialidades que não a medicina do trabalho, o que acaba fazendo com que os fatores de risco ligados à prestação de serviços sequer sejam lembrados.

Sem contar que uma pequena parte dos profissionais da medicina do trabalho entende irrelevante a circunstância de o labor apenas contribuir com o adoecimento e não ser a sua exclusiva causa⁵, motivo pelo qual deixam de relacionar as doenças que acometem um trabalhador ao seu local de trabalho quando se deparam com situações de multicausalidade.

No âmbito jurídico, o estudo da concausalidade tem relevância especial no campo das ações reparatórias de danos decorrentes de doenças do trabalho, posto que em situações de multicausalidade, as responsabilidades devem ser distribuídas entre os agentes que contribuíram com a enfermidade.

A primeira dificuldade que se encontra nesse ponto é identificar quais as concausas que podem influenciar no aparecimento ou no agravamento de uma doença.

Depois de identificados os múltiplos fatores que levaram ao adoecimento do trabalhador, deve-se atribuir o devido valor àquelas causas ligadas ao trabalho.

Dentro de um processo judicial, essas duas tarefas estão inicialmente afetas a um perito, auxiliar do juízo, que deve possuir qualificação para tanto. Essa ligação entre os fatores de risco e a produção da doença é feita por esse profissional a partir da aplicação prática das teorias da causalidade, que têm sua origem na filosofia, mas que se transportam para o meio médico e para o mundo jurídico.

adoecimento e trabalho: a perspectiva clínica e individual. *In*: MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013, p. 190.)

⁵ Nesse sentido, é a opinião de Marco Antonio Borges Neves: “O art. 21 da Lei n. 8.213/91 equipara ao acidente de trabalho o acidente ligado ao trabalho em que ‘o trabalho, embora não tendo sido causa única do acidente, tenha provocado um dano à saúde do trabalhador.’ Nessa definição, está explícita a ideia do ‘trabalho como agente causador do dano’, e não do trabalho como mantendo relações subjetivas com o dano, como ‘agravador’ ou ‘provocador de um distúrbio latente’, ainda ‘contributivo, mas não necessário’”. (NEVES, Marco Antônio Borges. **As doenças ocupacionais e as doenças relacionadas ao trabalho**. São Paulo: LTr, 2011, p. 106.)

Uma vez identificadas as concausas e reconhecido o valor daquelas de origem laboral, passa-se à fase de distribuição das responsabilidades, que pode variar de acordo com a classificação de cada uma delas.

Para se chegar a esse fim, o presente trabalho será dividido em quatro partes. O primeiro capítulo tratará do conceito de responsabilidade no mundo contemporâneo. Ali será investigada a origem semântica do termo e se verificará a relação entre responsabilidade e imputação.

Abordar-se-ão, ainda, as diferenças entre responsabilidade moral e responsabilidade jurídica, com o que se pretende demonstrar que apesar de vivermos em uma sociedade em que se tolera a criação de riscos, a responsabilização dos indivíduos é o garantidor dessa permissibilidade.

No segundo capítulo, iniciar-se-á com a abordagem da ligação de características paradoxais entre trabalho e saúde. Depois, discorrer-se-á sobre o processo de produção do trabalho, abordando-se seus aspectos sociológicos, especialmente voltados para a transformação dos trabalhadores neles envolvidos. Também será descrito o mecanismo fisiológico de produção de doença no indivíduo, a fim de demonstrar que o trabalho pode fazer parte desse contexto.

Por fim, nessa parte, abordar-se-á o direito de indenidade inerente a todo trabalhador no processo de prestação de serviços. Será evidenciada a base normativa que dá origem a esse direito no Brasil.

O terceiro capítulo tem por objetivo traçar as características gerais da relação causal, por meio da evidenciação de sua abordagem inicial pela Filosofia e, depois, com o transporte dos seus conceitos para o mundo do Direito. Também será tratada a visão da causalidade no âmbito da literatura médica, a fim de evidenciar que a maioria dos adoecimentos tem uma origem multicausal.

No quarto capítulo, será desenvolvido o conceito de concausa tanto no Direito quanto na Medicina. Nesse ponto se tratará da multicausalidade de Rothman e será apresentada a sua “*causal pie*”, evidenciando-se os fenômenos das causas-componentes e das causas suficientes na produção do adoecimento.

Também serão apresentadas as classificações de concausas quanto à suficiência na produção de resultados e quanto ao momento de sua ocorrência.

Derradeiramente, o quarto capítulo tratará da atribuição de responsabilidade ao tomador dos serviços em virtude do acometimento de doenças do trabalho por concausas em seus trabalhadores.

Para se chegar a esse fim, seguir-se-á um roteiro que se inicia com a identificação das causas-componentes das concausas de doenças do trabalho; depois se passará pela valoração da contribuição de cada uma delas no adoecimento do trabalho; e se terminará com abordagem da atribuição de responsabilidade nas concausas.

.

CONCLUSÃO

Kenneth J. Rothman concebeu a ideia de que as doenças advêm da conjunção de várias causas-componentes, que interagem entre si e se constelam até formarem uma causa suficiente (ou várias delas) para o adoecimento humano. A partir dessa ideia, ganhou corpo o conceito de *multicausalidade* que está presente no processo de produção de enfermidades.

A persistência dessas causas-componentes atua fisiologicamente, provocando agressões e estresses celulares e, conseqüentemente, produzindo enfermidades.

A definição de *causa-componente* de Rothman coincide com a de “fatores de risco”, muito utilizada no ambiente médico no Brasil para descrever as circunstâncias que ampliam as chances de se adoecer.

As doenças do trabalho também surgem a partir do mecanismo de formação de uma causa suficiente, mas são qualificadas pela presença de pelo menos uma causa-componente (ou um fator de risco) que tenha origem na prestação de serviços ou no meio ambiente laboral.

Em razão dessa qualificação, os fatores de risco são classificados em extralaborais ou laborais, conforme sejam ligados à vida em comunidade do trabalhador ou à sua prestação de serviços e ao seu meio ambiente do trabalho.

Quando uma doença do trabalho tem origem exclusivamente em fatores de risco laborais, diz-se que ela possui relação de causa e efeito (nexo de causalidade) direto com o trabalho.

Todavia, é muito comum que esse tipo de enfermidade surja ou se agrave a partir de fatores tanto laborais quanto extralaborais, que é concausa da doença do trabalho. Essa terminologia é utilizada no âmbito do Direito do Trabalho para identificar que uma doença tem origem multicausal, em que atuaram fatores laborais e extralaborais ao mesmo tempo.

As teorias da causalidade auxiliam na identificação e na valoração desses fatores de risco laborais que efetivamente contribuem no adoecimento do trabalhador. O perito que identificará e valorará os fatores de risco encontrados em

uma situação concreta de adoecimento poderá basear-se na teoria da causalidade direta e imediata, por exemplo, para dizer que uma concausa laboral estava presente no local de trabalho, mas que, para o dano que se pretende reparar ela não tenha contribuído, já que outra circunstância extralaboral mais importante surgiu na cadeia causal e efetivamente provocou o dano.

Pode ser também que, amparado na mesma teoria, o profissional conclua que determinado fator de risco laboral mantinha relação de necessariedade com o resultado provocado, de modo que ele não pode deixar de ser considerado como causa-componente formadora de uma causa suficiente para produzir o infortúnio.

Da mesma forma, nas palavras de Guilherme Guimarães Feliciano, pela análise do saber ontológico e do saber nomológico do praticante do ato danoso, é possível emitir um juízo de probabilidade sobre a adequação da causa para a produção de resultado. Nesse exercício, estar-se-á aplicando a teoria da causalidade adequada para verificação de que um fator de risco laboral efetivamente se enquadra como causa de uma doença do trabalho ou não.

O momento correto para fazer o uso dessas teorias é quando se tem em mãos todos os fatores (laborais e extralaborais) que são capazes de interferir no surgimento ou no agravamento da doença no trabalhador. A partir daí, o profissional responsável pela investigação no nexo de causalidade entre trabalho e fatores de risco fará uma análise a priori do reconhecimento concreto da concausa na formação da doença.

Em um processo judicial em que se pleiteia a reparação de danos decorrentes de doença do trabalho, após essa aplicação prática das teorias da causalidade pelo expert nomeado pelo juízo para se apurar o nexo de causalidade entre o trabalho e a morbidade, surge uma consequência: fatores de risco laborais apurados como contribuintes do adoecimento do trabalho não mais poderão ser desprezados dali para frente.

Os atores desse processo não poderão ignorar aquela causa-componente detectada como integrante da uma causa suficiente para causar o adoecimento. O profissional da saúde já reconheceu a importância das circunstâncias laborais para a doença, em que eventual contestação dessa informação somente pode se dar

por meio de uma outra opinião técnica em sentido contrário e fundamentada por meio de nova aplicação prática das teorias.

Além disso, não é dado aos atores de um processo, nem mesmo aos julgadores, fazerem inferências causais de doenças a partir de experiências próprias, de estudos isolados que encontrar ou de critérios pré-definidos em listas. Essa investigação é muito mais ampla e deve levar em conta estudos científicos globais, geralmente ligados à área da saúde, que proporcionam a utilização de métodos indutivos a partir da adoção de estudos científicos sobre adoecimento.

Importante salientar que quando o trabalhador tem uma doença diagnosticada durante a prestação de serviços, é certo que não mais se está falando em atuação potencial dos fatores de risco, uma vez que eles já agiram e a enfermidade já se instalou. Consequentemente, a análise das causas-componentes definidas por Rothman, no caso desse trabalhador, não é feita de forma abstrata, mas, sim, de forma concreta sobre a doença diagnosticada, pois o mecanismo causal se completou e ele foi suficiente para o aparecimento do agravo na saúde dele.

Em razão da confirmação de existência da doença do trabalho, ou seja, com a confirmação da influência laboral na sua formação, não se pode regredir na análise para dizer se o fator de risco laboral contribuiu ou não para o adoecimento. Isso pois com a confirmação do diagnóstico de doença do trabalho já se fez esse juízo de valor anteriormente. Assim, após o perito reconhecer a existência de concausa, nova avaliação desafia o procedimento idêntico por profissionais habilitados.

Depois do estabelecimento do nexo de concausalidade e da identificação dos fatores de risco que contribuíram para a moléstia diagnosticada, o próximo passo para se progredir na reparação de danos sofridos pelo trabalhador é a valoração das concausas na formação da doença do trabalho.

Não existe uma fórmula por meio da qual se pode verificar qual a medida exata da contribuição de cada uma das causas-componentes (ou dos fatores de risco) no aparecimento ou no agravamento da moléstia.

Então, tal valoração é feita a partir de indicações probabilísticas baseadas na literatura médica e na experiência do profissional da saúde que fará essa avaliação.

O uso dessa probabilidade não tem o condão de tornar incerta a medida da contribuição dos fatores laborais no adoecimento. Lembre-se que é justamente ela quem permite evoluir as pesquisas médicas. Se as probabilidades não fossem consideradas no dia a dia, certamente, não surgiriam estudos que chegariam ao tratamento das morbidades.

Desse modo, ainda que o estabelecimento do nexo de causalidade entre um agravo à saúde e o trabalho seja decorrente de mera probabilidade, é certo que nesse arremate existe toda uma carga de conhecimento envolvida na avaliação do profissional médico. Essa conclusão advém de pesquisas, estudos e literaturas médicas que são consultados e experimentados por esse profissional no dia a dia e que, geralmente, não são do conhecimento do profissional do direito.

Cabe lembrar que o próprio Direito possui uma visão simplificadora que visa a estabilização das relações sociais por meio de ilações restritivas quanto às circunstâncias causais, a fim de que as vítimas de um prejuízo não fiquem sem ressarcimento.

Destarte, a aplicação do conhecimento médico probabilístico atende justamente a interpretação simplificadora do direito para fins de reparação dos danos sofridos pelo trabalhador em virtude de concausas laborais.

No âmbito das ações reparatorias de danos no Direito do Trabalho, entende-se que a valoração da contribuição das concausas nas doenças do trabalho dá-se por meio da opinião técnica dos peritos nomeados, que estimarão a contribuição dos fatores laborais e extralaborais que atuaram no surgimento ou no agravamento da doença.

Alguns parâmetros podem ser utilizados para essa fixação, tal qual a atribuição de graus de contribuição dos fatores de risco laborais para o adoecimento do obreiro. Além disso, o expert pode estimar um percentual dessa contribuição laboral para o surgimento ou agravo da enfermidade.

Essa estimativa não causa qualquer instabilidade social ou insegurança jurídica, pois não é necessário que um tomador de serviços, de antemão, saiba

exatamente qual será o valor da sua condenação caso se descuide de sua obrigação de não empregar atividades danosas aos seus trabalhadores no ambiente laboral. Essa obrigação deriva do seu dever de prevenção no desenvolvimento de uma atividade. Dessa forma, não existe motivo para negar aos auxiliares do juízo e aos julgadores a flexibilidade de avaliar cada situação concreta e atribuir o valor que melhor refletir a contribuição das concausas laborais para o adoecimento do trabalhador.

Muito se fala na predisposição do indivíduo de desenvolver determinada doença. Todavia, tal característica não tem a importância que tentam lhe impingir, já que ela não passa da nomenclatura genérica dada a alguns fatores de risco extralaborais, como, por exemplo, a idade, as entidades mórbidas preexistentes, os hábitos alimentares e sociais. E, como tal, tais elementos terão a sua importância avaliada no momento de se verificar a existência de nexo de causalidade entre o trabalho e o labor da pessoa.

Não existe um fator exclusivo que possa ser identificado como predisposição do trabalhador e que atue ao lado de todos os fatores laborais e extralaborais. Consequentemente, não se pode dizer que a predisposição do indivíduo, por si só, seja limitadora do dever de reparar a lesão por parte de quem contribuiu com sua ocorrência.

Além disso, deve ser minimizada a avaliação como forte ou fraca dos fatores de risco laborais ou extralaborais, uma vez que, conforme adverte Rothman, essa intensidade ganha contornos diferentes de acordo com a sinergia entre os referidos fatores. Em razão disso, uma causa-componente considerada fraca pode ser a causadora da doença, à medida que sua interação com as demais faça ela mudar de característica.

As concausas das doenças do trabalho, no que tange a pluralidade dos fatos, podem ser classificadas em dois grupos: quanto à suficiência na produção dos resultados e quanto ao tempo de sua ocorrência.

No primeiro grupo, estão as concausas colaterais, as concorrentes, as cumulativas e as alternativas. No segundo, estão as concausas preexistentes, as simultâneas e as supervenientes.

Essa classificação interferirá na obrigação de reparação dos danos suportados pelo trabalhador no exercício laboral em razão de doença do trabalho que foi diagnosticada.

As concausas preexistentes, simultâneas ou supervenientes, por si sós, não têm o condão de excluir a indenização a que teria direito o obreiro que é portador de uma doença do trabalho. Elas amenizam a medida da atribuição da responsabilidade porque, geralmente, possuem natureza extralaboral.

As concausas colaterais das doenças do trabalho podem gerar obrigação reparatória de todo o prejuízo suportado pelo trabalhador por parte do tomador de serviços, uma vez que ela poderia, por si só, causar a integralidade do dano. Nada obsta que ele se ressarça de eventuais outros agentes que contribuíram para o infortúnio.

As concausas alternativas são capazes de fazer responsabilizar solidariamente os componentes de um grupo de agentes agressores, já que não é possível identificar aquele que realmente praticou o ato danoso. Nessas condições, o empregador será responsabilizado junto com os demais integrantes da coletividade, a fim de que a vítima não fique desamparada. Ainda que somente um deles tenha sido o verdadeiro responsável pelo adoecimento do trabalhador, mesmo assim existe uma responsabilização coletiva para se garantir a reparação de danos da vítima.

As concausas concorrentes e cumulativas são as de maior ocorrência quando se trata de doenças do trabalho, tendo em vista que a maioria delas surge da sinergia de causas laborais e extralaborais para que produzam o adoecimento. Assim, acontece com a asma ocupacional (concausa cumulativa), bem como a hérnia inguinal e a síndrome do impacto (concausa concorrente).

Essa insuficiência individual na produção do agravo à saúde do trabalhador não possui o condão de retirar a obrigação do tomador de serviços de reparar os danos advindos da prestação de serviços. Basta que seja identificada a influência causal do fator de risco laboral e atribuída a responsabilização a ele na medida da contribuição do trabalho.

Lembre-se que somente se é moralmente responsável por aquilo que se causa. Segundo Sarah Bernstein, para manter essa razão entre causalidade e

responsabilidade moral, é necessário que diferenças quantitativas na contribuição causal tenham reflexos proporcionais na atribuição de responsabilidade ao seu agente causador.

É certo que a vítima tem direito à reparação total. Todavia, nos casos de causalidades múltiplas, isso não significa que a indenização será por todo o prejuízo, já que parte deles pode ser inerente a ela própria.

No Brasil, o ordenamento jurídico contempla a hipótese de divisão de responsabilidade entre os agentes das causas laborais e das causas extralaborais componentes das concausas nas doenças do trabalho pela conjugação dos artigos 403, 945 e 283 do CCB.

Veja-se que o art. 403 do CCB consubstancia o princípio de que deve existir nexo de causalidade entre o ato danoso praticado e o resultado apurado para que se conceba a ideia de sua reparação. Na busca por essa relação de causa e efeito se permitirá a identificação das concausas e a valoração da sua importância na produção do resultado.

O art. 945 do CCB, por sua vez, permite atribuir à vítima a parte das concausas extralaborais que lhe são inerentes. A idade, a hereditariedade, os hábitos de vida, a dependência química são exemplos disso, já que, do ponto de vista da causalidade, eles se ligam à figura daquele que suportou o dano e não daquele que o praticou. Ainda que alguns desses fatores sejam muito mais reflexo do ambiente social do obreiro que propriamente da sua ação, mesmo assim, eles não podem ser atribuídos àquele que tomou o serviço.

Se da análise do nexo de causalidade é possível extrair a conclusão de que existiu alguma parcela de participação do trabalhador-vítima, o dispositivo legal em questão autoriza que tal componente seja negativamente considerado no momento de fixação da indenização.

Por fim, a concepção de atribuição equitativa da responsabilidade entre as ações participantes de um ato danoso já está contemplada pela legislação brasileira por meio do art. 283 do CCB. Ali se dispôs sobre a possibilidade de que o devedor solidário que satisfaz a dívida em nome dos outros pode exigir desses últimos a quota que lhes compete. Essa solidariedade pode ser aplicada entre o tomador de

serviços e o próprio trabalhador nas hipóteses em que suas condições pessoais contribuíram para o adoecimento.

A partir do parâmetro de valoração das concausas estimada pelo perito, o julgador poderá arbitrar a indenização devida pelo empregador no tanto em que o fator de risco laboral efetivamente contribuiu para o adoecimento do trabalhador.

Portanto, tanto nas hipóteses de concausas concorrentes quanto nas hipóteses de concausas cumulativas que participaram da formação de uma doença do trabalho, a atribuição da responsabilidade ao tomador de serviços se dará na exata medida da contribuição da causa-componente laboral apurada para o dano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁵⁵⁶

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. 1ª edição brasileira Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALSINA, Jorge Bustamante. **Teoria general de la responsabilidad civil**. 9. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1997.

ALTERINI, Atilio Aníbal. **Responsabilidad civil: limites de la reparacion civil**. 3. ed. Buenos Aires: Abeledo – Perrot, 1987.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2. ed. Londrina: Praxis, 1999.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações**. 4. Ed. São Paulo, Saraiva, 1972.

ANTUNES, Camila A.; GALHARDI, Vinicius B.; HERNARSKI, Carlos A. As leis de Newton e a estrutura espaço-temporal da mecânica clássica. **Revista brasileira de ensino de física**, São Paulo, v. 40, n. 3, 2018, versão *online*.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista educação & sociedade**. Campinas, v. 25, n.87, p.335-351, mai./ago. 2004.

ARAUJO, Eduardo Santana; BUCHAL, Cassia Maria. O uso da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde em inquiridos de saúde: uma reflexão sobre limites e possibilidades. **Revista brasileira de epidemiologia**. Rio de Janeiro, v. 18. M. 3, p. 720-724, jul./dez. 2015.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Aproximações da ergonomia ao estudo das exigências afetivas das tarefas. In: GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther (Org.). **Saúde mental do trabalho: da teoria à prática**. São Paulo: Roca, 2010.

ATKINSON, Daniel. **Causation in construction law: principles and methods of analysis**. Londres: Daniel Atkinson, 2007.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

AZEVEDO, Viviane Alline Gregório. **Trabalho e saúde na sociedade capitalista: uma relação inversamente proporcional**. 2011. Dissertação (Mestrado em serviço social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em

⁵⁵⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17910/1/VivianeAGA_DISSERT.pdf. Acesso em 3 jun. 2018.

BACELAR, Simônides *et al* (Org.). **Expressões médicas**: glossário de dificuldades em terminologia médica. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2018.

BALIEIRO, M. R. Razão e sentimento na teoria moral de Hume. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, v. 7, n. 2/2005.

BARATA, Rita Barradas. Causalidade e epidemiologia. **Revista história ciência e saúde Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 31-47, mar./jun. 1997.

BÁRBARO, Alessandra Marino *et al*. Transtornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. **Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas**. Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, art. 7, 2009. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v5n2/08.pdf>>. Acesso em 7 jul. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2. ed. São Paulo: RT, 1999.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. Maria Amélia Augusto. Oeiras: Celta, 2000.

_____. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

BERGGREN, Christian. **Alternatives to lean production**: work organization in the Swedish auto industry. New York: ILR Press, 1992.

BERNSTEIN, Sarah. Causal proportions and moral responsibility. **Oxford studies in agency and responsibility**, v. 4, p. 165-182, 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte geral 1. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONITA, Ruth; BEAGLEHOLE, Robert; KJELLSTRÖM, Tord. **Epidemiologia básica**. Trad. Juraci A. Cesar. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010.

BRANDÃO, Cláudio. **Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social; Instituto Nacional do Seguro Social; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Anuário estatístico de acidentes do trabalho**: AEAT 2017. Brasília: MTPS, 2017.

BREILH, Jaime. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación de la vida y de la salud. *In*: NOGUEIRA, Roberto P. (org.). **Determinação social da saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. p. 87- 125.

BRITO, Adriano Naves de. Hume e o empirismo na moral. **Revista philósophos**, Goiânia, v. 6, n. 1-2, p. 16, 2001.

BUENO, Adauto; OLIVEIRA, Rodrigo Alessandro de. **Sistema volvo de produção**: uma evolução na manufatura automobilística ou uma tentativa fracassada de produção sociotécnica? *In*: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2009, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_091_615_14658.pdf> Acesso em 8 jul. 2018.

CABANELLAS, Guillermo. **Diccionario enciclopédico de derecho usual**. Tomo II. 12. Ed. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1980.

CAIRO JÚNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2015.

CALASSO, Francesco (Coord.). **Enciclopedia del diritto**. Varese: Giuffrè, 1961.

CAMARGO, João Lauro Viana de; OLIVEIRA, Deilson Elgui de. **Patologia geral**: abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CAPELOTTI, João Paulo. **O nexo causal na responsabilidade civil**: entre a certeza e a probabilidade. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CARPES, Artur Thompsen. **A prova do nexo de causalidade na responsabilidade civil**. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, ebook, 2016.

CARVALHO, Hilário Veiga de; SEGRE, Marco. **Compendio de medicina legal**. São Paulo: Saraiva, 1798.

CARVALHO, Ingrid Gil Sales; RÊGO, Rita de Cássia Franco. Direito Ambiental do Trabalho e a saúde dos trabalhadores da pesca artesanal: estudo de caso. **Cadernos ibero-americanos de direito sanitário**. Brasília, v. 2, n. 2, 2013, p. 221-241, jul./dez. 2013.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CASTRO, Eduardo. Causalidade. *In* BRANQUINHO, João; SANTOS, Ricardo (Editores). **Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica**. Lisboa:

Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/11997>>. Acesso em 20 dez. 2018.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLETO, Marcelo Gechele. A gestão da produção nos últimos 45 anos. **Revista FAE business**. Curitiba, n. 4, p. 38-41, dez. 2002.

COLETA, José Augusto Dela. Acidentes do trabalho: uma revisão. **Revista arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 5-60, jan./mar. 1977.

CONSTANTINO, Carlos Ernani. Evolução das teorias da causalidade e da imputação objetiva, no âmbito do Direito Penal. **Revista eletrônica da faculdade de direito de Franca**, Franca, v. 12, n. 1, p. 39-70, jul. 2017.

CONTE, Jaimir. Sobre a natureza da teoria moral de Hume. **Kriterion: revista de filosofia**, Belo Horizonte, v. 47, n. 113, p. 131-146, June 2006.

COSTA, Hertz Jacinto. **Acidentes do trabalho na atualidade**. Porto Alegre: Síntese, 2003.

CRUZ, Gisela Sampaio da. **O problema do nexa causal na responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

CUNHA, José Ricardo. Direito e complexidade. In BARRETO, Vicente de Paulo (Org.). **Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo/Rio de Janeiro: Unisinos/Renovar, 2006.

CUNHA, Euclides. **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Responsabilidade civil no direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2001.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIAS, Elizabeth Costa. A utopia do trabalho que também produz saúde: as pedras do caminho e o caminho das pedras. In: MENDES, René. **Patologia do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

DILLBARY, J. Shahr. Causation Actually. **Georgia law review**. Athens, v. 51, n. 1, p. 1-70, 2016.

DOPPLER, Françoise. Trabalho e Saúde. In FALZON, Pierre (Edit.). **Ergonomia**. Trad. Giliane M. J. Ingratta et al. São Paulo: Blucher, 2007.

DURKHEIN, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUTRA, Mario Hoepfner. Relação de causalidade: causa, resultado, concausa independente, causalidade e co-autoria, responsabilidade dos co-autores. **Revista dos tribunais**. São Paulo, ano 58, v. 407, p. 26-29, set./69.

EUROPEAN PARLIAMENT. Direcção-geral de estudos. **Política social e do mercado de trabalho na Suécia**. Bruxelas, 1997. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w13/summary_pt.htm>. Acesso em 2 jul. 2018.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Amianto, meio ambiente do trabalho e responsabilidade civil do empregador. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**. Brasília, V. 3, n. 2, p. 134-158, jul-dez/2017.

_____. **Curso crítico de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Dos princípios do Direito do Trabalho no mundo contemporâneo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas, n. 27, p. 85-105, jul./dez. 2005.

_____. Meio ambiente do trabalho (aspectos gerais e propedêuticos) **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas, n. 20, p. 160-203, set. 2002.

_____. Meio ambiente do trabalho e responsabilidade civil por danos causados ao trabalhador: dupla face ontológica. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas, n. 28, p. 45-51, 2006.

_____. O meio ambiente do trabalho e a responsabilidade civil patronal: reconhecendo a danosidade sistêmica. In FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João (Coord). **Direito ambiental do trabalho**: apontamentos para uma teoria geral. V. I. São Paulo: LTr, 2013, p. 11-25.

_____. **Teoria da imputação objetiva no direito penal ambiental brasileiro**. São Paulo: LTr, 2005.

_____. Tutela inibitória em matéria labor-ambiental. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, v. 77, n. 4, p. 141-145, out./dez. 2011.

_____; URIAS, João (Coord). **Direito ambiental do trabalho**: apontamentos para uma teoria geral. V. I. São Paulo: LTr, 2013.

FERNANDEZ JUNIOR, Enio Duarte; ROSA, Renata Martins da. Por uma responsabilidade afeta às condutas e não às consequências – sim, é possível uma responsabilidade civil sem danos. **Revista juris plenum**, Caxias do Sul, Ano XII, n. 71, p. 66-73, set/2016.

FERREIRA JÚNIOR, Mário. **Saúde no trabalho**: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Roca, 2000.

FISCHER, David. A. Successive causes and the enigma of duplicated harm. **Tennessee law review**. Knoxville, v. 66, n. 4, p. 1127-1166, 1999. Disponível em <https://heinonline.org/HOL/Page?lname=&public=false&collection=journals&handle=hein.journals/tenn66&men_hide=false&men_tab=toc&kind=&page=1127>. Acesso em 26 nov. 2019

FLETCHER, Robert H.; FLETCHER, Suzane W. **Epidemiologia clínica**: elementos essenciais. Trad. Roberta Marchiori Martins. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; EGRY, Emiko Yoshikawa. Epidemiologia Social. In: Garcia TR; EgrY EY. **Integralidade da atenção no sus e sistematização da assistência de enfermagem**. Porto Alegre (RS): Artmed; 2010. p. 79-108.

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina legal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. V. I. São Paulo: Cultrix, 1973.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. **Imputação sem nexo causal e a responsabilidade por danos**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. V. IV. T. I. São Paulo: Saraiva, 2005

GHINATO, Paulo. Sistema Toyota de produção: mais do que simplesmente just-in-time. **Revista production**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 169-189, jul./dez. 1995.

GOMES, Orlando. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. V. 4. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, Luiz da Cunha. **Tratado de Direito Civil**. 1. ed. brasileira. São Paulo: Max Limonad, 1957.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRANDA, Fernando de Trazegnies. **La responsabilidad extracontractual**. V. IV. T. II. 7. ed. Lima: Fondo editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001.

GÜNTHER, Klaus. Responsabilização na sociedade civil. Trad. Flávia Portella Püschel. **Revista novos estudos Cebrap**. São Paulo, n. 63, p. 105-118, jul. 2002.

HART, Lionel Adolphus Hart; HONORÉ, Anthony Maurice. **Causation in the law**. Second edition. Oxford: Clarendon Press, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobra e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2017.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HINDLE, Tim. **Guide to management ideas and gurus**. London: Profile books Ltd, 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade Pressuposta. **Revista novos estudos jurídicos**. Itajaí, v. 8, n. 3, p. 579-595, set./dez. 2003.

HUME, David. **A treatise of human nature**. Oxford: The clarendon press, 1965.

_____. **An enquire concerning human understanding**. Chicago: Open Court Publishing Company, 1921.

_____. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2004.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978, volume I, tomo II.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. Niterói: Impetus, 2014.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KUMAR, Vinay *et al.* **Robbins e Cotran: bases patológicas das doenças**. Trad. Patrícia Dias Fernandes *et al.* 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, abr. 2007.

LADOU, Joseph; CRANER, James. Acidentes de trabalho. *In* LADOU, Joseph; CRANER, James (org). **Current: diagnósticos e tratamento**. Trad. Ademar Valadares Fonseca *et al*. Porto Alegre: AMGH, 2016, p. 40-50.

LAST, John Murray. **A dictionary of epidemiology**. 4th ed. New York: Oxford University Print, 2001.

LEX, Ary. Hérnias em geral: revisão didática. **Revista de medicina**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 13-38, mar. 1963.

LUCCA, Sérgio Roberto de; CAMPOS, Carlos Roberto. A medicina do trabalho no mundo contemporâneo: o perfil dos médicos do trabalho, desafios e competências. **Revista brasileira de medicina do trabalho**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 45-47, 2011.

MAENO, Maria. Ser médico. *In* **Trabalho e saúde**: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, p. 127-160.

MAGEE, Glen Alexander. **The Hengel dictionary**. London: Continuum, 2010.

MANUILA, Ludmila *et al*. **Dicionário médico**. Trad. José Nunes de Almeida. 3. ed. Lisboa: Climepsi, 2003.

MARANHÃO, Ney. Meio ambiente do trabalho: descrição jurídico-conceitual. **Revista direitos, trabalho e política social**. Cuiabá, v. 2, n. 3, p. 80-117, jul./dez. 2016.

MARANO, Vicente Pedro. **Doenças ocupacionais**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007.

MARCONDES, Danilo; STRUCHINER, Noel. **Textos básicos de filosofia do direito**: de Platão a Frederick Schauer. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARITAIN, Jacques. **Introdução geral à filosofia**. Trad. Ilza da Neves e Heloísa de Oliveira Penteado. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei da previdência social**. São Paulo: LTr, 1992.

MARTINS, António Manuel. A causalidade em Pedro da Fonseca. **Revista veritas**. Porto Alegre, v. 54, n. 3, p. 112-127, set./dez. 2009.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**: critérios para a sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

_____. **Comentários ao novo Código Civil: do inadimplemento das obrigações.** 2. ed. V. V. T. II. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. O direito privado como um "sistema em construção": as cláusulas gerais no projeto do Código Civil brasileiro. **Revista da faculdade de direito da UFRGS.** Porto Alegre, v. 15, p. 129-154, 1998.

MARTON, Gèza. **Les fondements de la responsabilité civile.** Paris: Imprimerie Municipale Debrecem, 1938.

MARVASI, Corrado; PIANE, Luisella Delle. **La malattia del lavoratore, diritti, doveri, assenteismo tattico e licenziamento.** Roma: Dike, 2016.

MASCARO, Alysso Leandro. **Filosofia do Direito.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon; TUNC, André. **Tratado teórico y práctico de la responsabilidad civil delictual y contractual.** Trad. Luis Alcalá-Zamora y Castillo. V. I. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Eujropa-América, 1961.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia.** 1ª parte. São Paulo: Saraiva, 2003.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2008.

MENDES, René. O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores: I – Morbidade. **Revista de saúde pública.** São Paulo, v. 22, n. 4, p. 311-326, 1988.

_____. **Patologia do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

_____; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de saúde pública.** São Paulo, v. 25, n.5, p. 341-349, 1991.

METZKER, Carlos Alexandre Batista. Tratamento conservador na síndrome do impacto no ombro. **Revista fisioterapia em movimento,** Curitiba, v. 23, n. 1, p. 141-151, jan./mar. 2010.

MIAS, Arnaud. **Les risques professionnels: peut-on soigner le travail?** Paris: Ellipses, 2010.

MINAYO-GOMES, Carlos; THEDIM-Costa, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno de saúde pública.** Rio de Janeiro, v. 13. n. 2, p. 21-32, 1997.

MIR PUIG, Santiago. **Derecho penal.** Parte General. 7. ed. Barcelona: Editorial Rppertor, 2006.

MIRANDA, Pontes. **Tratado de direito privado**. Parte especial. Tomo LIII. Direito das obrigações: fatos ilícitos absolutos. Atos-fatos ilícitos absolutos. Atos ilícitos absolutos. Responsabilidade. Danos causados por animais Coisas inanimadas e danos. Estado e servidores. Profissionais. São Paulo: RT, 2012.

_____. **Tratado de direito privado**. Parte especial. Tomo LIV. Direito das obrigações: danos à pessoa. Acidentes do trabalho. São Paulo: RT, 2012.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Adriana Aires de; TUCUNDUVA SOBRINHO, Ruy Cardoso de Mello. O escalonamento do dano moral no ordenamento jurídico brasileiro. In TRECCANI, Girolamo Domenico; MENEZES, Joyceane Bezerra; BARROSO, Lucas Abreu (org.). **Direito civil II** (recurso eletrônico *online*). Florianópolis, 2014, p. 161-190.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. Trad. Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **A responsabilidade civil por presunção de causalidade**. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro. **Curso de direito infortunístico**. Porto Alegre: Sulina, 1973.

NAVARRO, Vera Lucia. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **Revista São Paulo em perspectiva** (*online*). São Paulo, v. 17, n. 2, p. 32-41, 2003. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200005>>. Acesso em 20 jun. 2018.

NEGRÃO, Theotonio. **Código de processo civil comentado**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NERY, Déa Carla Pereira. Teorias da pena e sua finalidade no direito penal brasileiro. **Revista jurídica da universidade de cuiabá**. Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 75-84, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Marco Antonio Borges. **As Doenças ocupacionais e as doenças relacionadas ao trabalho**. São Paulo: LTr, 2011.

NOGUEIRA, Cristiane Ribeiro da Silva. Acidente do trabalho e concausa: a responsabilidade civil do empregador e a mensuração da indenização. **Revista síntese trabalhista e previdenciária**. Ano XXVIII, n. 325, p. 86-109, jul. 2016.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito penal**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NUNES, Rogério da Silva *et al.* A experiência sócio-técnica no ambiente de produção: uma discussão acerca do volvismo. **Revista de administração da UFSM**. Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 235-249, mai./ago. 2009.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Bureau Internacional do Trabalho. **A prevenção das doenças profissionais**, 2013. Disponível em <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/safeday2013_relatorio.pdf>. Acesso em 29 mai. 2018.

_____. **Melhorar a segurança e saúde dos trabalhadores jovens**. 2017, p. 7. Disponível em <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/i024684.pdf>>. Acesso em 2 jul. 2018.

_____. **Promover a segurança e a saúde numa economia verde**. 2012. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_179093.pdf>. Acesso em 11 jun. 2018.

OLIVEIRA, Carina; VIEIRA, Duarte Nuno; CORTE-REAL, Francisco. **Nexo de causalidade e estado anterior na avaliação médico-legal do dano corporal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

OLIVEIRA, Fellipe Pinheiro de. Notas sobre o princípio de causalidade na terceira meditação de Descartes. **Unisinos journal of philosophy**. São Leopoldo, v. 18, n. 1, p. 12-17, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2016.

PASQUALETO, Olívia de Quintana Figueiredo. **A proteção do trabalhador nos trabalhos verdes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PATY, Michel. A gênese da causalidade física. Trad. Pablo Rubén Mariconda. **Scientiæ zudia - revista latino-americana de filosofia e história da ciência**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2004.

PAVELSKI, Ana Paula. **Os direitos da personalidades do empregado em face do exercício abusivo do poder diretivo do empregador**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Curitiba, Curitiba, 2008.

PEASLEE, Robert J. Multiple causation and damage. **Harvard law review**, Cambridge, v. 47, n. 7, p. 1127-1142, may 1934.

PEDROTTI, Irineu Antonio. **Acidentes do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Leud, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA JÚNIOR, Casimiro. Estabelecimento de nexos causal entre adoecimento e trabalho: a perspectiva médico-legal e judicial. In: MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013, p. 237-247.

PIMENTEL, Pablo Fernandes Campos. O raciocínio indutivo em David Hume e Thomas Reid. **Revista cognitio**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 243-258, jul./dez. 2017.

PONTES, Sabrina Kelly. Relações entre saúde e trabalho. In: SILVEIRA, Marco Antonio *et al* (Org.) **Inovação para desenvolvimento de organizações sustentáveis**. Campinas: CTI, 2013.

QUILL, Eoin. General damages and relative values in irish tort law. **Journal quarterly review of tort law**, Dublin, jul. 2007. Disponível em <https://heinonline.org/HOL/AuthorProfile?collection=journals&search_name=Quill,%20Eoin&base=js>. Acesso em 23 nov. 2019.

_____. Successive causes and the measurement of damages. **The irish jurist**, Dublin, v. 37, p. 91-112, 2002. Disponível em <https://heinonline.org/HOL/Page?public=true&handle=hein.journals/irishjur33&div=8&start_page=91&collection=journals&set_as_cursor=3&men_tab=srchresults>. Acesso em 23 nov. 2019.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. Trad. Raimundo Estrêla. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REINIG, Guilherme Henrique Lima. **O problema da causalidade na responsabilidade civil**: a teoria do escopo de proteção da norma (*Schutzzwecktheorie*) e sua aplicabilidade no direito civil brasileiro. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

REZENDE, Edna Maria; SAMPAIO, Ivan Barbosa Machado; ISHITANI, Lenice Harumi. Causas múltiplas de morte por doenças crônico-degenerativas: uma análise multidimensional. **Caderno de saúde pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1.223-1.231, set./out. 2004.

RICOUER, Paul. **O justo ou a essência da justiça**. Trad. Vasco Casimiro. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

ROCHA, Lys Esther. Tenossinovite e trabalho: análise das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs) registradas no município de São Paulo. **Revista brasileira de saúde ocupacional**. São Paulo, v. 18, n. 70, p. 29-37, 1990.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; MAMEDE, Gladston; ROCHA, Maria Vital da. **Responsabilidade civil contemporânea**: em homenagem a Sílvio de Salvo Venosa. São Paulo: Atlas, 2011.

ROXIN, Claus. **Derecho penal**: parte general. Tomo I. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña. 2. ed. Madrid: Civitas, 1997.

_____. **Elementos de direito penal.** Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **Problemas basicos del derecho penal.** Trad. Diego-Manuel Luzon Peña. Madrid: Reus. S. A., 1976.

RUSSEL, Bertrand. On the notion of cause, with applications to the free-will problem. **Readings in the philosophy of science.** New York: Appleton- century-crofts, 1912, p. 387-407. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/199169689/Bertrand-Russell-On-the-Notion-of-Cause>>. Acesso em 4 dez 2018.

ROTHMAN, Kenneth J. Causes. **American journal of epidemiology.** Baltimore, v. 141, Issue 2, p. 90-95, Jan. 1995.

_____; GREENLAND, Sander. Causation and causal inference in epidemiology. **American journal of public health.** Washington, v. 95, n. S1, p. 144-150, 2005.

SANTANA, Vilma Sousa. Saúde do trabalhador: pesquisa na pós-graduação. **Revista de saúde pública.** São Paulo, v. 40, p. 101-111, 2006. Número especial

SANTOS, Heleodório Honorato dos. Abordagem clínica e psicossocial das lesões por esforços repetitivos LER/DORT. **Revista brasileira saúde ocupacional.** São Paulo, v. 28, n. 105-106, p. 105-115, 2003.

SCHÜLLER SOBRINHO, Octacílio; AZEVEDO, Amadeu Bernardino Nunes de Azevedo. Temas de psicologia do trabalho. In: VIEIRA, Sebastião Ivone (Coord.). **Manual de saúde e segurança do trabalho.** V. II. Florianópolis: Mestra, 2000.

SCOTT, Robert D. The apportionment of indivisible injuries. **Marquette law review.** Milwaukee, v. 61, n. 4, p. 559-579, 1978. Disponível em <<https://scholarship.law.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2132&context=mulr>>. Acesso em 26 nov. 2019.

SIEGERINK, Bob *et al.* Causal inference in law: an epidemiological perspective. **European journal of risk regulation.** Cambridge, v. 7, issue I, p. 175-186, mar. 2016.

SILVEIRA, Andréa Maria; LUCCA, Sérgio Roberto de. Estabelecimento de nexo causal entre adoecimento e trabalho: a perspectiva clínica e individual. In: MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

SOSA, Ernest; TOOLEY, Michael (Coord). **Causation.** Mindsomer Norton: Bookcraft, 1993.

SOUTO, Daphnis Ferreira. **Saúde no trabalho:** uma revolução em andamento. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

SOUZA, Eduardo Nunes de. Nexo causal e culpa na responsabilidade civil: subsídios para uma necessária distinção conceitual. **Revista civilística** (online). Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1-58, 2018. Disponível em: <<http://civilistica.com/nexo-causal-e-culpa-na-responsabilidade/>>. Acesso em 30 nov. 2019.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**: doutrina e jurisprudência. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Responsabilidade Civil sem Dano: Falácia e Contradição. **Revista dos tribunais**. São Paulo, v. 106, n. 975, p. 173-184, jan. 2017.

SZNELWAR, Laerte Idal *et al.* Ergonomics and Work Organization: The Relationship Between Tayloristic Design and Workers' Health in Banks and Credit Cards Companies. **International journal of occupational safety and ergonomics**. London, v. 25, issue 2, p. 291-301, 1999.

TARTUCE, Flávio. O princípio da boa-fé objetiva no direito de família. **Revista ciência jurídica**. Belo Horizonte, v. 23, n. 145, p. 218-243, jan./fev. 2009.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Trad. Arlindo Vieira Ramos. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **A prova no processo do trabalho**. V. II. São Paulo: LTr, 2009.

TENÓRIO, Fernando G. **A flexibilização da produção significa a democratização do processo de produção?** In: 18. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 1994, Curitiba. *Anais...* Curitiba, v. 9, 1994.

_____. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1141-1172, Jul./Ago. 2011.

TEPEDINO, Gustavo. Notas sobre o nexo de causalidade. **Revista jurídica**, Porto Alegre, v. 50, n. 296, p. 7-18, jun. 2002.

TONET, Ivo. Trabalho associado e extinção do Estado. **Rebela - revista brasileira de estudos latino-americanos**. Florianópolis, v. 3, n.2, p. 223-239, fev. 2014.

TORRES, Amélia Romana Almeida *et al.* O adoecimento no trabalho: repercussões na vida do trabalhador e de sua família. **Revista sanare**. Sobral, v. 10, n. 1, p. 42-48, jan./jun. 2011.

UNDERWOOD, James C. E; CROSS, Simon S. **General and systematic pathology**. 5th ed. Edinburgh: Churchill Elsevier, 2009.

URIAS, João. Para um novo caminho de enfrentamento da infelizmente no trabalho. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães; URIAS, João (Coord). **Direito ambiental do trabalho**: apontamentos para uma teoria geral. V. I. São Paulo: LTr, 2013.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço social e práticas democráticas na saúde, 2006, 92 p. In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Organização Pan-americana de Saúde. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-5.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

VASCONCELLOS, Luiz Philippe Westin Cabral de. **Temas de interesse pericial: punho e mão**. São Paulo: LTr, v. 1, 2012.

VAZ, Paulo *et al.* O fator de risco na mídia. **Revista interface – comunicação, saúde, educação**. Botucatu, v. 11, n. 21, p. 145-163, jan./abr. 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

_____. **Responsabilidade civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

VILANOVA, Lourival. **Causalidade e relação no direito**. 4. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2000.

VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de; MENDES, Renata Wey Berti. Da vigilância para prevenção de acidentes de trabalho: contribuição da ergonomia da atividade. **Revista ciência e saúde coletiva**, São Paulo, v. 17, n. 10, p. 2817-2830, 2012.

VINEY, Geneviève; JOURDAIN, Patrice; CARVAL, Suzanne. **Traité de droit civil: les conditions de la responsabilité**. 4ème ed. Paris: Lextenson éditions, 2013

WISE, Sarah et al. Workforce flexibility – in defence of professional healthcare work. **Journal of health organization and management**. Bingley, v. 31, Issue: 4, p. 503-516, 2017.

WOOD JR, Thomaz. Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6-18, set./out. 1992.

WÜNSCH FILHO, Victor. O perfil epidemiológico do trabalhador. **Revista brasileira de medicina do trabalho**. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 103-117, abr./jun. 2004.